

## Direito Penal

**Professora: Claudia Barros**

Contravenções Penais – Parte 6

### Resumo

---

Contravenções Relativas à Organização do Trabalho

#### Art. 47/LCP

*Art. 47. Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício:*

*Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.*

As Cortes superiores entenderam que para se caracterize esta contravenção, a lei deva exigir qualificação da pessoa para fazê-lo.

Os artigos 48 e 49 tratam de condutas contravencionais contra a organização do trabalho, mas ambas não apresentam nenhuma particularidade.

Contravenções relativas à Polícia de Costumes

**Atenção!** Todas as disposições referentes às loterias constantes na LCP estão revogadas pelo Decreto-Lei 6.259/44.

#### Art. 59/LCP

*Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:*

*Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.*

*Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.*

A mendicância não está mais prevista na nossa legislação, houve *abolitio criminis* (o art. 60 foi revogado). A vadiagem, no entanto, segue prevista na Lei de Contravenções.

#### Art. 61/LCP

O art. 61 tratava da importunação ofensiva ao pudor, porém o dispositivo foi revogado pela Lei 13.718/18 e a conduta se transformou em crime inserido no Código Penal no art. 215-A – Importunação Sexual:

*Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)*

---

*Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)*

#### **Art. 62 e 63/LCP**

Os artigos estabelecem como contravenção as condutas de:

- Apresentar-se publicamente embriagado;
- Servir bebidas alcoólicas a quem esteja embriagado;
- Servir bebidas alcoólicas a pessoa que se sabe sofrer de faculdades mentais;
- Servir bebidas alcoólicas a pessoa que se sabe estar proibida (judicialmente) a frequentar lugares em que se consumam bebidas alcoólicas.

Os artigos visam proteger a segurança do próprio agente e de terceiros.

**Atenção!** Servir bebida alcoólica a menor de 18 anos é conduta criminosa – Art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### **Art. 64/LCP**

O artigo foi tacitamente revogado, pois os maus tratos aos animais configuram crime.

#### **Art. 65/LCP**

*Art. 65. Molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável:*

*Pena – prisão simples, de quinze dias a dois meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.*

Ex.: Ex-marido que aparece no trabalho da mulher para perturbar-lhe.

#### **Contravenções Penais relativas à Administração Pública**

#### **Art. 67/LCP**

*Art. 67. Inumar ou exumar cadaver, com infração das disposições legais:*

*Pena – prisão simples, de um mês a um ano, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.*

Essa conduta se caracteriza quando um corpo é enterrado ou desenterrado sem a observação das prescrições legais.

#### **Art. 68/LCP**

*Art. 68. Recusar à autoridade, quando por esta, justificadamente solicitados ou exigidos, dados ou indicações concernentes à própria identidade, estado, profissão, domicílio e residência:*

*Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.*

Se o agente presta dados falsos incorre no crime de falsa identidade ou eventualmente, no de falsidade ideológica.

O termo autoridade deve ser entendido nos termos do art. 5º da Lei de Abuso de Autoridade:

*Art. 5º Considera-se autoridade, para os efeitos desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.*